



ESTANDE DO ORGULHO: UMA AÇÃO VOLTADA À CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Gabriele Felizari
Luana Prado Wohlke
Luiza Dombroski Antunes
Maria Fernanda de Souza Rodrigues
Esdras de Castro dos Santos
José Antonio Gonçalves Guimarães
Fernanda Garbelini de Ferrante

Resumo

Este trabalho aborda a invisibilidade e o preconceito enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+. O objetivo do estudo foi relatar e analisar a experiência de um projeto de extensão, o "Estande do Orgulho", focado em promover informações sobre pautas LGBTQIAPN+ para a população. A metodologia envolveu a montagem de um estande informativo em Curitiba, distribuição de panfletos explicativos e diálogo com os interessados no projeto para avaliar o conhecimento do público. Foram distribuídos 86 panfletos. A maioria dos participantes afirmou saber a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Muitos confirmaram ter sofrido ou presenciado preconceito e consideraram fundamental a discussão desses temas em espaços públicos. Conclui-se que o projeto, apesar de desafios como o curto tempo de organização, foi crucial para promover visibilidade e diálogo, reforçando a necessidade contínua de ações que combatam a LGBTQIAPN+fobia para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; preconceito; políticas públicas; visibilidade; direitos humanos.

Abstract

This paper addresses the invisibility and prejudice faced by the LGBTQIAPN+ community. This study's objective is to describe and analyse the extension project experience, "Estande do Orgulho", focused on promoting information about LGBTQIAPN+ matters for the population. The method involved setting up an informative stand in Curitiba, distributing informative pamphlets and partaking in dialogue with the ones interested in the project to measure public knowledge. 86 pamphlets were distributed. The majority of participants were aware of the acronym and the difference between sexual orientation and gender identity. Most participants confirmed having experienced or witnessed prejudice and considered discussing these topics in public spaces essential. It is concluded that the project, despite the challenges such as its short organizational timeframe, was crucial in promoting visibility and dialogue, reinforcing the ongoing need for actions to combat LGBTQIAPN+phobia to build a more just and inclusive society.

Keywords: LGBTQIAPN+; prejudice; public policies; visibility; human rights.

INTRODUÇÃO

A comunidade LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queers, intersexos, assexuais, panssexuais, não-binários e mais) enfrenta diariamente o peso da invisibilidade. O preconceito verbal e físico, velado ou não, traz consequências que impactam a qualidade de vida dessa população. Devido à escassez de pesquisas que abordam suas necessidades e os tabus socioculturais, há a falta de políticas públicas que auxiliem essa comunidade, resultando na marginalização e no agravamento da saúde mental dessas pessoas (SILVA et al., 2024).

A luta contra o preconceito ocorre há muitos anos, marcada por avanços e retrocessos ao longo do tempo até alcançar a situação atual. Dois exemplos importantes desse progresso foram a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID), em 1990 (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ, 2025), e, posteriormente, a da transsexualidade, que deixou de ser considerada um transtorno mental e passou a ser reconhecida como uma condição relacionada à saúde sexual apenas em 2018 (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2025).

Apesar dos avanços, a LGBTQIAPN+fobia não pode ser tratada de maneira rasa ou reducionista. O preconceito contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ ainda persiste e não se restringe a atitudes individuais, como xingamentos e exclusão, mas está enraizado em sistemas de poder e em discursos normativos de sexualidade e gênero determinados por parâmetros morais, culturais, religiosos e estruturais presentes na sociedade.

Ideia essa apresentada pelo autor Welzer-Lang (2001, apud MOURA; OLIVEIRA, 2016) ao destacar que as raízes tornam-se visíveis, por exemplo, quando a cultura patriarcal, valorizadora da masculinidade, passa a considerar como inimigo tudo aquilo que se relaciona ao feminino. Nesse contexto, os impactos não recaem apenas sobre mulheres cis-heterossexuais, mas também sobre todos aqueles que são associados a essa representação, como homens homossexuais e pessoas trans.

Os dogmas religiosos, em conjunto com a cisheteronormatividade, reforçam esse processo ao definir a identidade e os comportamentos de uma pessoa exclusivamente a partir de seu aparelho genital. Assim, antes mesmo do nascimento, o sujeito já é inserido em uma caixa identitária que estabelece a forma “correta” de agir ao longo de toda a vida (BARBOSA; SILVA, 2016).

Essa caixa, dividida entre “homens” e “mulheres”, é legitimada como expressão divina, pois, sob a ótica religiosa, Deus teria criado ambos para que, unidos, gerassem vida, algo que deveria ser considerado perfeito, já que “Deus é perfeito” (BARBOSA; SILVA, 2016).

Nessa perspectiva, aqueles que se opõem a esse sistema não são vistos como falhas de Deus, mas como pecadores corrompidos, que precisam ser punidos para retornar ao caminho da “naturalidade”. Para Barbosa e Silva (2016), é nesse ponto que muitas pessoas LGBTQIAPN+ acabam optando por “viver no armário”, reprimindo sua sexualidade, desejos e identidade, além de modificar sua forma de falar, andar ou vestir-se, a fim de ocultar quem realmente são.

Assim, é possível compreender as raízes da LGBTQIAPN+fobia no âmbito cultural, social e religioso. Contudo, também é preciso considerar seus efeitos no campo socioeconômico. Uma pessoa LGBTQIAPN+ negra e de periferia, por exemplo, experiencia a LGBTQIAPN+fobia de uma forma que se entrelaça ao racismo e a pobreza, diferentemente de um indivíduo da comunidade que seja branco e que se encontra na classe média ou alta (AMANCIO; REA, 2018).

Nesse sentido, pessoas LGBTQIAPN+ negras, indígenas e de periferia frequentemente não têm seu lugar reconhecido em movimentos da comunidade ou em produções acadêmicas e culturais, o que reforça uma hierarquia de legitimidade que favorece a classe média e alta, além de pessoas brancas. Para mais, o movimento LGBTQIAPN+ tende a beneficiar mais aqueles que detêm tais privilégios, garantindo maior acesso a reconhecimento jurídico, possibilidade de casamento e respeito social formal, enquanto grupos em situação de vulnerabilidade continuam enfrentando diariamente problemas relacionados ao

desemprego, à moradia e às dificuldades de acesso à saúde e à educação (AMANCIO; REA, 2018).

Esse cenário também se reflete nas políticas educacionais. A exclusão das metas voltadas ao combate à discriminação e desigualdade de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como dos Planos Estaduais e Municipais para a próxima década, realizada ao longo de 2015, evidencia-se que, ao censurar nas escolas a discussão sobre as categorias “gênero” e “orientação sexual”, posterga-se o reconhecimento de identidades que fogem à lógica cisheteronormativa, reforçando o isolamento e a retirada de direitos a grupos historicamente excluídos, especialmente no que se refere ao seu acesso à educação (GONZAGA; GALLAS, 2019).

Para entender as vivências da comunidade LGBTQIAPN+, é preciso contato e conhecimento. Rosa (2017) faz o seguinte questionamento: "como achar normal algo que não se acha em lugar algum?". O silenciamento e a presunção de que todos devem seguir o "padrão" cis-hétero leva à LGBTQIAPN+fobia, pois não contempla a diversidade que sempre existiu.

Assim, a falta de representatividade reforça a desigualdade social, sustentando a exclusão e a marginalização desse grupo, gerando barreiras no acesso à saúde, educação e segurança. Além disso, a invisibilização produz, nos indivíduos da comunidade LGBTQIAPN+, sentimentos de inadequação, medo e até internalização da LGBTQIAPN+fobia, dificultando que pessoas LGBTQIAPN+ se reconheçam e sejam reconhecidas em sua totalidade (ROSA, 2017).

Visto que a LGBTQIAPN+fobia está enraizada em diversas esferas da sociedade, incluindo aspectos culturais, morais, religiosos e estruturais, a promoção da conscientização sobre as pautas LGBTQIAPN+ não apenas informa, sensibiliza e estimula a empatia, como também contribui para o cumprimento de vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, como o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 5 (Igualdade de Gênero) (ONU, 2025).

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como foco relatar e analisar a experiência vivida pelos alunos durante a realização de um projeto de extensão vinculado ao PROEX IV, cujo objetivo foi promover informações sobre pautas LGBTQIAPN+ para a população geral.

MATERIAL E MÉTODO

O presente relato de experiência tem como base o projeto “Estande do Orgulho” desenvolvido durante a disciplina PROEX IV do curso de Psicologia da Unibrasil. O relato de experiência, enquanto método de construção de conhecimento científico, é compreendido, conforme Daltro e Faria (2019, p. 235), como:

(...) um trabalho de linguagem, uma construção que não objetiva propor a última palavra, mas que tem caráter de síntese provisória, aberta à análise e à permanente produção de saberes novos e transversais. Configura-se como narrativa que, simultaneamente, circunscreve experiência, lugar de fala e seu tempo histórico, tudo isso articulado a um robusto arcabouço teórico, legitimador da experiência enquanto fenômeno científico.

Com base nessa perspectiva, o projeto consistiu na realização de um estande informativo voltado à divulgação de pautas LGBTQIAPN+ para a população geral, além de uma breve conversa com o intuito de compreender o nível de conhecimento das pessoas sobre o tema. A ação ocorreu no dia 14 de setembro de 2025, durante uma ação social, na Boca Maldita, localizada no centro de Curitiba (PR).

O público-alvo foi composto por pessoas que participavam da ação e que demonstraram interesse espontâneo pelo estande do projeto, assim como por aquelas que foram abordadas diretamente pelos integrantes da ação. Não houve critérios de seleção quanto à idade, gênero ou outros marcadores sociais. Participaram indivíduos diversos, incluindo adultos, jovens e pessoas acompanhadas de crianças.

Durante a atividade, foram utilizados dois cartazes informativos: um contendo uma linha do tempo dos direitos LGBTQIAPN+ e outro com uma explicação breve sobre o conceito de LGBTQIAPN+fobia. Foram também impressos cem panfletos, distribuídos ao público, contendo explicações sobre a

sigla LGBTQIAPN+, a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, bem como exemplos de expressões comumente utilizadas no cotidiano, mas consideradas pejorativas pela comunidade, acompanhadas da devida contextualização sobre porque são vistas dessa forma. Além disso, foi disponibilizada, na mesa do estande, uma lista com indicações de livros, filmes e séries que abordam a temática e apresentam representatividade LGBTQIAPN+.

Para a melhor compreensão quanto ao conhecimento do público presente sobre a comunidade LGBTQIAPN+, dialogamos com as pessoas interessadas e fizemos algumas perguntas sobre a população LGBTQIAPN+. Também, como forma de incentivo à participação, foram oferecidos potinhos de gelatina como cortesia aos interessados no projeto.

Outros materiais utilizados para a decoração do estande incluíram: duas mesas retráteis, papéis crepom coloridos, 50 potinhos de gelatina com colheres e um cartaz adicional que relacionava a luta LGBTQIAPN+ com a temática da ação que estava ocorrendo no local de realização do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

À primeira vista, assim que o grupo chegou ao local, foi definido o espaço onde seria montado o estande. Mesmo antes de finalizada a decoração, algumas pessoas já começaram a se aproximar, curiosas para saber do que se tratava a atividade. Uma delas, inclusive, se ofereceu espontaneamente para ajudar a equipe a convidar mais pessoas a conhecer o projeto.

Ainda no início, uma mulher acompanhada de seus três filhos foi dar uma olhada no projeto. Ela se interessou especialmente pela linha do tempo que ilustrava a evolução dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, exibida em um dos cartazes, e compartilhou ser casada com um homem trans. Aproveitando o momento e o assunto sobre direitos, a visitante contou um pouco de sua história e relatou como ela e o marido conseguiram adotar as crianças que estavam com ela.

Além desse caso, outra pessoa que visitou o estande foi um membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Paraná. Ele elogiou a

iniciativa, aproveitou para registrar o momento com fotos e gravar um breve vídeo sobre o projeto e, antes de sair, colocou-se à disposição da equipe por meio de suas redes sociais.

Com o início do evento, o número de visitantes aumentou, e mais pessoas começaram a se aproximar, demonstrando interesse ou curiosidade. Sempre que alguém se aproximava, o grupo fazia uma breve apresentação sobre o projeto e perguntava se a pessoa teria interesse em responder algumas perguntas. Aos participantes que tinham interesse no estande e que conversavam com os integrantes, era oferecido, ao final, um potinho de gelatina acompanhado de um panfleto informativo, ambos bem recebidos pela maioria.

Observou-se que muitas pessoas que passavam pelo local, mesmo sem parar, olhavam para o estande e liam o cartaz central, enquanto outras que demonstraram maior interesse pararam para ler os materiais expostos, tirar fotos e gravar vídeos. Além disso, a grande maioria daqueles que se aproximaram para averiguar o que estava sendo feito ali, também aceitaram conversar após uma breve explicação do projeto e o oferecimento de um potinho de gelatina gratuita como forma de agradecimento pela participação.

Ao final, foram distribuídos 86 panfletos, alcançando aproximadamente cem pessoas, incluindo aquelas que apenas observaram. Visto isso, o resultado percebido foi bastante positivo. O estande foi bem recebido pelos participantes da ação, além de ter sido possível registrar um número significativo de visitantes interessados.

Durante o diálogo com as pessoas que vinham prestigiar o estande, foi percebido que a maioria conhece o significado da sigla, assim como a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Também foi perguntado se ficariam confortáveis em dizer se fazem parte da comunidade, e muitas pessoas responderam que são LGBTQIAPN+.

Grande parte das pessoas contou que já sofreram preconceito por fazer parte da população LGBTQIAPN+, além de já terem visto outros sofrerem também. Por fim, foi perguntado se os participantes consideravam importante discutir temas relacionados à comunidade LGBTQIAPN+ em escolas e espaços

públicos. A maioria respondeu afirmativamente, embora algumas pessoas tenham dito não considerar o assunto importante.

Durante o diálogo, a equipe recebeu diversos *feedbacks* bastante positivos que, além de os parabenizar pela ação tomada, houveram, também, uma variedade de comentários considerados significativos pelos membros do projeto. Alguns exemplos foram:

- “A conscientização, a educação sexual e também a identidade de gênero são pautas que deveriam ser exploradas no âmbito educacional, tanto para entendimento quanto para segurança familiar e pessoal das crianças e adolescentes”;
- “Sem educação para diversidade sexual e de gênero, não evoluímos enquanto sociedade”;
- “Acredito no poder da discussão sobre o assunto LGBTQ+ para assim dar visibilidade e quebrar o preconceito que sofremos.”

Agora, tendo em mente toda a experiência vivida com o projeto, é possível reconhecer a urgência de se discutir de forma aberta e contínua as pautas LGBTQIAPN+ e, sobretudo, a própria LGBTQIAPN+fobia vivenciada por essa comunidade.

A verbalização dessas experiências e a conscientização social sobre suas consequências são passos fundamentais para o enfrentamento da violência estrutural que ainda persiste, pois a LGBTQIAPN+fobia não apenas oprime, violenta, discrimina e desumaniza aqueles que não se enquadram nos padrões impostos de sexualidade e gênero, como também destrói e ceifa vidas diariamente (COELHO; DESIDÉRIO; ROCHA, 2023).

De acordo com dados recentes do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2025), o Brasil continua a ocupar o primeiro lugar nas estatísticas globais de mortes violentas contra pessoas LGBTQIAPN+, onde, a cada 28 horas, uma pessoa LGBTQIAPN+ é assassinada.

Somente em 2024, foram registrados 291 assassinatos, sendo 117 de travestis e mulheres trans e cinco de homens trans (GGB, 2025). Esses números, como evidencia a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA, 2025), não apenas apontam para a extrema vulnerabilidade vivida pela

comunidade, mas também demonstram que o Brasil em 2024, pelo 16º ano consecutivo, permanece como o país que mais mata pessoas trans no mundo, sendo a expectativa de vida média desta população de somente 35 anos.

Devido a essa e outras razões, é indispensável reconhecer que políticas públicas efetivas devem ser criadas não apenas para reduzir as desigualdades e a discriminação enfrentadas pelas pessoas que compõem a comunidade LGBTQIAPN+, mas também para garantir sua proteção e dignidade. Isso porque o combate à LGBTQIAPN+fobia não se limita a uma pauta identitária, mas configura uma questão essencial de direitos humanos, uma vez que, assim como todas as pessoas, as minorias também são plenamente dignas de respeito e segurança (ALMEIDA; CORRÊA, 2019).

Contudo, para que políticas públicas sejam efetivamente implementadas e a transformação social se concretize, é fundamental que mais pessoas se envolvam em ações voltadas à construção cultural do respeito aos direitos humanos e à valorização da diversidade sexual e de gênero. Conforme destacam Gonzaga e Gallas (2018), a ausência de diálogo e o silenciamento em torno das identidades de gênero e orientações sexuais contribuem para a manutenção de uma cultura de violência e exclusão, sustentada por concepções essencialistas e cisheteronormativas que reduzem a complexidade da experiência humana a papéis fixos e hierarquizados.

Desse modo, como demonstrado pelas respostas às perguntas feitas durante as conversas e pelos comentários direcionados ao projeto, torna-se evidente a relevância de promover o debate sobre as pautas LGBTQIAPN+ não apenas em espaços de ensino, como escolas e universidades, mas também em ambientes públicos de convivência, podendo o diálogo ser ampliado para ocorrer tanto por meio de grandes eventos, como a Parada do Orgulho LGBTQ+, quanto por ações menores, como o projeto apresentado, que igualmente contribuem para a visibilidade, conscientização e fortalecimento do respeito à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão “Estande do Orgulho” possibilitou compreender a importância de promover espaços de diálogo e visibilidade sobre as pautas

LGBTQIAPN+. A experiência demonstrou que, quando há abertura e acessibilidade à informação, o público se mostra receptivo, interessado e disposto a refletir sobre a diversidade sexual e de gênero.

Além disso, a atividade proporcionou aos alunos envolvidos o desenvolvimento de competências acadêmicas, sociais e éticas, favorecendo a formação de psicólogos mais conscientes de seu papel social e de seu compromisso com os direitos humanos. O contato direto com o público permitiu vivências de empatia, escuta e diálogo, fortalecendo a compreensão das múltiplas realidades que atravessam as pessoas LGBTQIAPN+.

Contudo, é importante apontar algumas dificuldades experienciadas durante a realização do projeto, não apenas como forma de reflexão sobre o que poderia ter sido feito de maneira diferente, mas também para orientar futuras iniciativas semelhantes.

O primeiro ponto refere-se ao curto tempo disponível para a organização da ação, realizada em 14 de setembro de 2025, o que acabou impactando na elaboração e finalização de materiais que poderiam ter enriquecido o projeto e sido produzidos com maior atenção e detalhamento.

Em segundo lugar, o grupo observou que a escolha de realizar o estande em conjunto com outra ação social pode ter influenciado o perfil das respostas recebidas, já que o público participante provavelmente estava ali motivado por uma causa social e, portanto, apresentava uma maior abertura ao diálogo sobre temas como a visibilidade LGBTQIAPN+. Em contextos futuros, seria interessante realizar uma comparação com outros espaços públicos, considerados mais “neutros”, a fim de analisar as diferentes reações e percepções do público em geral.

Apesar desses pequenos desafios, ficou evidente que o projeto alcançou um de seus principais objetivos: promover representatividade e visibilidade às pessoas LGBTQIAPN+. O estande despertou interesse e engajamento, recebendo diversos comentários positivos, relatos pessoais e manifestações de apoio.

Dessa forma, conclui-se que ações como essa, voltadas à promoção da diversidade e ao combate à LGBTQIAPN+fobia, são fundamentais para romper

barreiras de preconceito, reduzir a invisibilidade dessa população e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, plural e acolhedora.

Portanto, que este trabalho, assim como as ações que futuramente vierem, possa contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, comprometida com a dignidade de todas as pessoas e dedicada a garantir o direito de existir e amar livremente, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Referências

ALMEIDA, C. D; CORRÊA, L. R. #RespeiteAsDiferenças: a comunicação pública para o combate à LGBTfobia. **Revista Dito Efeito**, Curitiba, v. 10, n. 16, p. 21-36, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/10573>. Acesso em: 08 out. 2025.

AMANCIO, I. M. S; REA, C. A. **Descolonizar a sexualidade: teoria queer of colour e trânsitos para o Sul**. UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530015> . Acesso em: 27 set. 2025.

ANTRA, Associação Nacional de Transgêneros. Dossiê: Assassinatos e violências contra pessoas trans em 2024. Brasília, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 07 out. 2025.

BARBOSA, B. R. S. N; SILVA, L. V. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342616>. Acesso em: 28 set. 2025.

COELHO, G. G; DESIDÉRIO, P. M. M; ROCHA, L. P. AFINAL, O QUE É A LGBTFOBIA?. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 34, p. 1115 , 2023. DOI: 10.35919/rbsh.v34.1115. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1115. Acesso em: 7 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. **Dia Internacional Contra à LGBTQIAPNfobia**. 2025. Disponível em: <https://crppr.org.br/dia-internacional-contra-a-lgbtqiapnfobia/>. Acesso em: 18 mai. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental**. 2025.

Disponível em: <https://crpm.org.br/noticias/apos-28-anos-oms-deixa-de-classificar-transsexualidade-como-doenca-mental/>. Acesso em: 18 mai. 2025.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, jan. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 out. 2025.

GONZAGA, T. M. S.; GALLAS, A. K. C. O retrocesso no combate da LGBTfobia no Brasil: o preconceito vivenciado pela população LGBT no ambiente escolar. **Filosofia e Educação**, v. 11, n. 2, p. 281-289, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8655345>. Acesso em: 25 set. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Relatório de Mídia Julho: Violência Letal contra LGBTQIA+ no Brasil Evidencia Emergência por Políticas Públicas e Resistência da Comunidade**. Grupo Gay da Bahia, 02 ago. 2025. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorio-de-midia-julho>. Acesso em: 07 out. 2025.

MOURA, I. H. F. S; OLIVEIRA, T. V. C. “Um Inimigo em Comum”: O Patriarcado como Categoria Explicativa da Opressão às Mulheres e aos Sujeitos Lgbt. **Revista Includere**. Mossoró, v. 2, n. 2, p. 240-243, ed. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/issue/view/159>. Acesso em: 28 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 mai. 2025.

ROSA, L. C. **A LGBTfobia como fenômeno cultural e seus impactos psíquicos**. 2017. 116 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11482>. Acesso em: 27 set. 2025.

SILVA, L. S. R; SILVA, R. T. A; MOURA, D. T. B; DIAS, V. M. M; ARAÚJO, N. F; ALENCAR, F. S. **CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ FRENTE À ASSISTÊNCIA À SAÚDE: Mental health care of the LGBTQIAPN+ population in the face of health care**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, [S. l.], v. 16, n. 49, p. 55–77, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/92695>. Acesso em: 19 mai. 2025.